

Sarney aprova o Parlamentarismo

E mostra-se preocupado com as reações contra o Imposto de Renda

REJANE OLIVEIRA e
JOÃO EMÍLIO FALCÃO
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney declarou-se ontem favorável à instituição do Parlamentarismo, que considera "o estágio mais elevado" do processo político. Mas advertiu que este regime de Governo só terá êxito no Brasil (quando forem) atendidas duas premissas básicas: o fortalecimento dos partidos políticos e a organização de uma burocracia estável e qualificada.

Na área econômica, Sarney mostrou-se preocupado com as reações contra a sistemática de cálculo do Imposto de Renda, chegando a anotar sugestões no senti-

do de corrigir o imposto retido na fonte em 86 com base na inflação real do período. Entre fevereiro do ano passado e fevereiro deste ano, segundo admitiu o próprio Sarney, a inflação foi de 56 por cento.

Política e economia foram os assuntos do café da manhã que o Presidente ofereceu ontem, no Palácio da Alvorada, à nova e à antiga diretorias do Comitê de Imprensa do Senado. Durante o encontro, ele falou de suas relações com o Congresso, das alegrias e decepções com o poder e da duração do mandato. Queixou-se, ainda, da falta de um esquema de propaganda eficiente que mostre à população as boas medidas que o Governo vem adotando.

período de um ano — 56 por cento — não foi considerada para efeito de correção do imposto retido na fonte, embora tenha determinado a correção para o exercício financeiro deste ano.

FUTURO POLÍTICO

"Quem foi presidente não pode pleitear mais nada", afirmou Sarney ao ser indagado sobre o seu futuro político após deixar a Presidência. Ele disse que fará o que os adversários esperam dele: tão logo encerre o mandato, vai recolher-se ao sítio São José do Pericumã.

Garantindo que não guarda ressentimentos de sua passagem pelo poder, o Presidente lembrou de uma frase do ex-deputado Djalma Marinho: "Quando Djalma perdeu a eleição para o Marchezan (disputavam a presidência da Câmara), eu e o Prisco (Viana) fomos consolá-lo, dizer que não guardasse mágoas. Ele se voltou para nós e, com um grande sorriso, disse que não guardava nem coisas boas como o dinheiro. Por que guardaria sentimentos maus?"

Mas Sarney tem algumas queixas. Ele lamenta, por exemplo, que a falta de um esquema eficiente de propaganda esteja escondendo as boas realizações do seu Governo, entre as quais destacou o programa de distribuição de leite. "Só o imposto é que aparece", ajudou-o o governador Epitácio Cafeteira.

O Presidente revelou que sua maior alegria no Governo ocorrerá no dia em que deixar a Presidência com "a consciência do dever cumprido". Também rememorou, com saudade, antigos episódios pitorescos que protagonizou no Senado, um dos quais ao relatar um projeto do ex-senador Vasconcelos Torres proibindo aos comerciantes oferecerem bombons no lugar do troco: "Eu era recém-eleito e me davam os projetos mais incríveis para relatar. Lembro de ter proferido um longo parecer contra a matéria, exaltando a importância dos bombons para as crianças".

Ao final do café, antes de sair para o expediente no Palácio do Planalto, Sarney foi questionado sobre suas relações com o Congresso. Elogiou o trabalho desenvolvido pelo líder Carlos Sant'Anna, de relacionar os parlamentares com o Governo, e contestou os que criticam sua influência na Constituinte: "Será que sou o único cidadão brasileiro sem direito a opinar na elaboração da nova Carta Magna?"

Do encontro com Sarney, participaram os jornalistas João Emílio Falcão, Alencar Monteiro, Antonio Araes e Rejane Oliveira, membros da atual diretoria do Comitê de Imprensa do Senado, e Evandro Paranaguá, Aranha Araújo, Janriel Gonczarowska e Sebastião Silva, componentes da diretoria anterior.

O presidente desceu para o café pontualmente às 7h30, acompanhado do governador maranhense Epitácio Cafeteira. Do saguão, onde já o aguardavam, os jornalistas foram encaminhados à sala de refeições, onde o destaque ficou por conta do queijo cubano especialmente enviado por Fidel Castro.

Após as cortesias habituais, a conversa passou do queijo de Fidel para o mandato presidencial. Sarney garantiu que está disposto a acatar qualquer decisão que vier a ser adotada neste sentido pela Constituinte: "O problema é do Congresso e dos partidos".

Ele fez questão de advertir, contudo, que um país com as dificuldades que o Brasil atravessa não pode permanecer na indefinição em torno de um assunto de tamanha relevância, motivo pelo qual apelou pessoalmente ao deputado Ulysses Guimarães no sentido de que a duração de seu mandato seja fixada o quanto antes.

"Protelar esta decisão significa gerar um clima de instabilidade altamente prejudicial ao País. Sobre tudo no campo da negociação da dívida externa, a prolongada indefinição tem gerado grandes dificuldades", revelou.

Sarney garantiu que não tem preferências em torno do tempo de mandato que lhe será destinado e negou que tenha assumido qualquer espécie de compromisso com um período de quatro anos: "O que o Tancredo sempre disse é que caberia à Constituinte decidir o assunto".

O governador Epitácio Cafeteira aproveitou para emitir sua opinião pessoal a respeito do mandato: ele é defensor da manutenção do período definido pela atual Constituição. Alega que, se a Constituinte mudar esta disposição, que considera direito adquirido, também terá poderes para rever os mandatos dos prefeitos eleitos em 85 e até dos governadores recém-empossados.



mais valorizado de um currículo político.

Além do fortalecimento dos partidos, Sarney considera indispensável a um regime parlamentarista a existência de uma burocracia estável e qualificada. "Se a carreira administrativa não for fortalecida, a queda de um primeiro-ministro pode representar a demissão do chefe de gabinete", observou, afirmando que o seu Governo está dando um grande passo neste sentido com a reforma administrativa.

Uma preocupação manifestada por Sarney, foi quanto à adaptação dos governos dos estados e municípios a um parlamentarismo a nível federal: "Os deputados estaduais e vereadores também podem reivindicar o mesmo tratamento", acrescentou.

IMPOSTO DE RENDA

Dos jornalistas, o presidente ouviu elogios aos avanços democráticos proporcionados pelo seu Governo. Mas também escutou críticas à política econômica, especialmente ao sistema de cobrança do Imposto de Renda.

Impassível diante das queixas contra o ministro Dilson Funaro, Sarney não se negou a discutir a questão do imposto, cujo sacrifício levado à classe média foi reconhecido até pelo governador do Maranhão. "E é a classe média que forma a opinião pública neste País", ressaltou Epitácio Cafeteira.

Depois de ouvir todas as manifestações contra o imposto, Sarney repetiu os dados que lhe foram fornecidos pelo secretário da Receita Federal, Guilherme Quintanilha: "Ele me disse que o número de pessoas isentas aumentou consideravelmente e me convenceu de que o sistema era justo".

Mas o próprio Presidente não parecia tão convencido, tanto que anotou as sugestões dos jornalistas em sua caderneta de recados. Ele também admitiu que a inflação registrada no

O parlamentarismo foi outro tema do café da manhã no Alvorada. O presidente mostrou-se simpático ao regime de gabinete, mas ponderou que o seu êxito depende do fortalecimento dos partidos políticos, que só será atingido através da instituição do voto distrital.

Citando um estudo do professor Orlando Gomes, ele advertiu que o sistema proporcional de eleições cria um antropofagismo partidário que enfraquece as legendas: "Em nome de uma duvidosa representação das minorias, companheiros de partido ficam disputando votos entre si". Como senador, Sarney foi autor de um projeto instituindo o sistema distrital no País.

Outra providência necessária para revigorar os partidos, na opinião do presidente, é a alteração da legislação ordinária de modo a impedir que os políticos vivam trocando de legenda. Na Alemanha, um exemplo que citou, a carreira partidária é o item

tentação política e, para isso, vai buscar o entendimento direto com os governadores. O presidente, afirmou, está acompanhando com muito interesse a reunião "dos quatro grandes" (Orestes Quércia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas Gerais, Moreira Franco, do Rio e Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul). São esses quatro governadores que sintetizarão as reivindicações e pontos de vista dos demais.

A disposição do presidente é estabelecer uma base política de apoio bastante sólida, que abrange não só novos partidos, como o PDC e o PL, mas, a partir de agora, os governadores.

No caso específico do presidente do PMDB, a observação é de que o Governo não pode contar muito com a liderança do velho político, "pois ele fala mas seus liderados não cumprem". O exemplo citado para justificar esse posicionamento foi o caso recente

em torno da saída do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e de sua política econômica.

A direção do PMDB afirma para o público externo que o partido apóia o ministro mas, internamente, há quem continue querendo a cabeça do ministro, de quem fazem críticas contra a sua política econômica, elaborada por assessores do PMDB. Foram citados especificamente os economistas João Manoel e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Mas a amarração desse político não se resume apenas ao processo de sustentação do presidente da República. Vai mais longe a partir do momento que o Governo quer que os governadores se comprometam, até publicamente, com aplicação de uma rígida política de gastos públicos, porque, conforme afirmou o importante assessor do Palácio do Planalto, não é a União que provoca o reacendimento da inflação e

sim os governadores, com os gastos que fazem em programas que não apresentam retorno de cunho social. Então o Governo vai dizer aos governadores que só libera recursos, a partir de agora, desde que eles sejam totalmente comprometidos com a execução de programas desse tipo.

O Governo quer também acabar com o relacionamento viciado que os governadores, através de seus bancos estaduais, têm com a União, representada pelo Banco Central. Vivendo, todos, situação econômico-financeira crítica, os estados recorrem a financiamentos via Banco Central deixando à mostra um privilégio que não deveria existir. E o Governo quer acabar com ele, tanto que a recomendação é para que, de agora em diante, o Banco Central dê tratamento rigoroso aos bancos estaduais, mantendo uma relação idêntica à que dá aos estabelecimentos privados.

Planalto busca novo canal de diálogo

O presidente José Sarney vai iniciar, a partir da próxima semana, uma nova rodada de conversações com os governadores do PMDB com os quais pretende fechar compromissos objetivando uma rígida administração dos recursos públicos e, também, resolver a situação econômico-financeira dos Estados. Mas, o objetivo maior desses contatos, segundo explicou importante assessor do presidente da República, é abrir um canal de comunicação direta entre o Palácio do Planalto e os chefes dos executivos estaduais.

O presidente José Sarney, conforme afirmou o assessor, ao procurar um entendimento direto com os governadores, quer sair da dependência exclusiva do presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Na explicação desse assessor, o presidente quer ampliar sua base de sus-